

1964: UM DEPOIMENTO

Cons. Jesualdo Cavalcanti Barros

Ao inaugurar-se a década de 60, Teresina vivia o mesmo clima de fermentação político-ideológica que experimentava o país. Naqueles tempos de guerra fria, o vilão já era o imperialismo americano, denunciado, sob forte apelo nacionalista, como responsável por grande parte dos flagelos da humanidade. Não raro, evitava-se tomar coca-cola, embora todos gostassem de cuba livre. Respirava-se o otimismo dos anos JK, com Brasília, indústria automobilística e as grandes obras de integração nacional. A Sudene de Celso Furtado prometia mudar a face do Nordeste com o extermínio do coronelismo patrimonialista e da indústria da seca. Surgia a esquerda festiva, misturando os sucessos da bossa nova e do cinema novo com os anseios de uma sociedade sem classes, misérias ou patrões.

O debate político, marcado por conteúdo nitidamente maniqueísta, girava em torno de temas nacionais da maior envergadura, tais como o monopólio estatal do petróleo e da energia e as chamadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, bancária etc.) Sobretudo a partir da posse do presidente João Goulart (1961), inicialmente vetada pelos militares, mas finalmente vitoriosa pela pressão das ruas, numa fulminante reação comandada por Leonel Brizola.

Some-se a isso a mística gerada pela ascensão dos barbudos de Sierra Maestra ao poder, em Cuba (1959), sob a liderança de Fidel Castro e Che Guevara, daí resultando o inimaginável enfrentamento dos Estados Unidos, num emblemático duelo de Davi versus Golias, o que não deixava de embalar os sonhos libertários da juventude.

No plano local, lutava-se pela construção da barragem de Boa Esperança e do porto de Luís Correia e pela criação da Universidade Federal do Piauí. Vivia-se, por outro lado, a atmosfera criada pelo governo do trabalhista Chagas Rodrigues, o qual, numa atitude inovadora, ao tempo em que ensaiava os primeiros passos visando ao planejamento estratégico do Estado, estimulava a organização dos trabalhadores e os ajudava na luta pelo respeito aos seus direitos. Isolado numa posição minoritária depois do rompimento da UDN, com

cujo apoio se elegera, e acossado pelas forças conservadoras que se uniam contra ele, o governador não titubeava em denunciar publicamente as oligarquias como entraves ao desenvolvimento do Estado, acusadas de manipular o poder e sugar as energias do Piauí.

Nesse quadro de radicalismos e confrontações, os estudantes assumiam posição de vanguarda, arregimentando peso e poder em favor do progresso social. Seus líderes eram ouvidos e influenciavam. Tinham prestígio na sociedade e na política, tanto que, invariavelmente, os eventos promovidos pelas entidades estudantis contavam com a presença das mais altas autoridades do Estado, do arcebispo ao governador. Ainda está para ser analisado o papel que exerceram através da ação desassombrada da União Piauiense dos Estudantes Secundários e da União Estadual dos Estudantes, destronando o carcomido Centro Estudantil Piauiense, fundado em 1935, e passando a representar aqui a União Brasileira dos Estudantes Secundários e a União Nacional dos Estudantes, respectivamente. Data desse período a ampliação da base universitária, em decorrência da oferta de novos cursos superiores pela Faculdade Católica de Filosofia, recém-criada por Dom Avelar Brandão. Saliente-se que, até então, o Piauí contava apenas com a Faculdade Federal de Direito e seu diretório acadêmico, criados no distante ano de 1931.

Nesse efervescente embate, envolviam-se classes sociais e instituições diversas. Poucos se mostravam indiferentes. Eram freqüentes os encontros e debates. Publicavam-se jornais. Pipocavam grêmios estudantis, associações de moradores de bairros, sindicatos, frentes de mobilização popular. E sob conotações de cunho ideológico, disputavam-se eleições, formando-se grupos e claqes bem definidos. Tudo dentro do melhor espírito democrático, sem violências ou mesmo ameaças.

Foi esse o ambiente que gerou a minha candidatura a vereador de Teresina, em 1962, pelo PTB, com a idade de 22 anos e aluno do curso de direito, depois de militar na política estudantil mal chegado de Goiânia, onde concluíra o ginásio, em 1957. Integrava uma chapa francamente minoritária, pois confrontava-se com o rolo compressor da aliança UDN/PSD, que conduziria Petrônio Portella ao governo do Estado. Não sem razão, elegemos apenas três vereadores de uma Câmara Municipal de onze: os demais compunham a coligação vencedora.

Eis que, vitorioso o movimento militar de 31 de março de 1964 e destroçado o governo Goulart, abre-se a temporada de caça às bruxas. Como estudante era símbolo de subversão, ninguém seria poupado. Pior para mim, que além de

ostentar essa condição, exercia o mandato de vereador por um partido derrotado pelo voto e pelas armas. Além do mais, ao lado da abordagem da temática nacional, não deixava de acicatar a administração municipal, por sua pobreza de idéias e de ações. Pois bem, a 4 de abril sou detido na casa de meus pais por ordem da guarnição federal e recolhido à antiga DOPS. Dia seguinte, transferiram-me para uma fétida solitária do 25º BC, para, depois de amargar 48 horas incomunicável, juntar-me ao crescente numero de estudantes, trabalhadores e intelectuais que lá se amontoavam. Dizia o capitão radical: “Hoje são vocês, logo virão Petrônio e Dom Avelar.”

Dia 9 é baixado o AI-I, pelo qual o alto-comando militar se auto-concedia poderes para cassar mandatos e suspender direitos políticos, por dez anos. Mas as forças que se moviam nos bastidores tinham pressa e, assim, a Câmara Municipal, num misto de subserviência e retaliação, e outorgando-se poderes discricionários que não lhe haviam sido conferidos, simplesmente cassava meu mandato, dia 11, sem processo nem direito de defesa. Acusação: meu suposto comprometimento com movimento armado que visava à queda do regime democrático. Logo eu que jamais usei qualquer arma, em toda a minha vida; logo eles que acabavam de rasgar a Constituição... Para a posteridade, ficou a lição de dignidade do vereador Paulo Rubens Fontenele, da bancada trabalhista, que se insurgira contra o absurdo da cassação. Gesto, aliás, que não encontrou eco na Assembléia Legislativa com relação aos deputados Celso Barros Coelho (democrata cristão) e os trabalhistas Deusdedit Mendes Ribeiro, Themístocles de Sampaio Pereira e José Alexandre Caldas Rodrigues, os quais, em 8 de maio, também sem processo nem direito de defesa, seriam cassados pelo voto unânime de seus pares, inclusive das bancadas a que pertenciam.

Contudo, estava longe de terminar a agonia. Dia 24 de maio seria solto. Mas na madrugada seguinte voltaria à prisão. As mesmas forças estranhas continuavam a agir na sombra dos bastidores, temendo que eu reconquistasse meu mandato. Por isso não obtive êxito no mandado de segurança que impetrara contra a cassação: engavetado por meses a fio, aguardaria a decretação do AI-2 para ser arquivado, em 1965.

Outra lição de dignidade. Devidamente escoltado, deixara eu a penitenciária, para onde haviam sido transferidos todos os presos, a fim de fazer prova no final de junho na faculdade. Quando a escolta, para não me perder de vista, tentou entrar na sala de aula, o prof. Clemente Fortes adiantou-se, altaneiro, levantando a mão espalmada: “Alto lá, aqui não! Por ele eu respondo!” E não permitiu que tamanha humilhação se consumasse.

Concluído o inquérito policial militar, dias depois todos os presos foram soltos. Ocorre que saímos da prisão, é bem verdade, mas, paradoxalmente, não conquistamos a liberdade: éramos recolhidos à prisão toda vez que aqui chegava alguma autoridade federal importante, geralmente ministro ou general. Não me recordo de quanto tempo durou essa tortura nem quantas vezes fui detido. Creio que umas dez. Já não suportava mais ouvir freada de carro na madrugada. Pensava logo: “Os homens estão vindo de novo.” Afinal, havia muita gente disposta a fazer de tudo para mostrar serviço e fidelidade aos poderosos do dia.

À época, muitos companheiros perderam seus empregos e outros deixaram de assumi-los por razões político-ideológicas. Bastava uma informação negativa da DOPS para inviabilizar ou impedir qualquer carreira, mesmo conquistada pela via do concurso público. Que o diga o atual desembargador José Soares de Albuquerque, impedido, por esse motivo, de assumir emprego no Banco do Nordeste, para o qual fora aprovado. Resultado: foi estudar direito e hoje é o presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Ao final, outro IPM fora instaurado para apurar as atividades da UNE/UBES. Desta forma, respondi a duas ações penais, juntamente com outros companheiros, perante a Auditoria da 10ª Região Militar, em Fortaleza. Mas ambas terminaram sendo arquivadas, uma pelo Superior Tribunal Militar, a outra pelo Supremo Tribunal Federal. Não me queixo, pois foi com os habeas-corpus que as sepultaram que o outrora “perigoso subversivo” inaugurava sua vida profissional de advogado.

Como a roda da fortuna não pára, eis-me deputado federal constituinte, assinando solenemente, em 5 de outubro de 1988, a nova Constituição do Brasil. Imaginem a emoção e a sensação do dever cumprido que experimentei, naquele momento, ao sentir que tinha contribuído para dar ao povo brasileiro os instrumentos democráticos que removeriam todo o entulho autoritário, acumulado em mais de duas décadas da ditadura inaugurada nos idos de 1964.

PS: Tempos depois, já presidente do Tribunal de Contas do Estado, e visando checar datas e acontecimentos, requeri às forças armadas locais, como me assegura a Constituição, acesso aos dados e registros existentes a meu respeito. Qual não foi a minha surpresa ao receber, em casa, pelo correio, delicado atestado de ***bons antecedentes***. Como se vê, de nada adiantou, pois o que eu

procurava mesmo eram os ***maus antecedentes*** de que me acusavam naqueles dias tenebrosos.

(Publicado no jornal Diário do Povo, de 31 de março de 2004)